

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação o nosso Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2013, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.
O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, divulgou o seu balanço no Diário Oficial do Estado, na Zero Hora e no Valor Econômico, em 17.02.2014. Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	169.901	153.798	Circulante	10.253	7.381
Disponibilidades	65	222	Outras obrigações	10.253	7.381
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)			Sociais e estatutárias (Nota 8).....	4.351	3.399
Certificados de depósitos bancários.....	145.280	143.432	Fiscais e previdenciárias (Nota 9).....	3.346	2.148
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6)	21.631	7.518	Diversas.....	2.556	1.834
Cotas de fundos de investimento.....	18.377	4.892	Não Circulante	1.602	1.523
Cotas de fundo imobiliário.....	1.883	1.918	Outras obrigações.....	1.602	1.523
Recursos não procurados.....	1.371	707	Fiscais e previdenciárias (Nota 9).....	1.602	1.523
Outros créditos - diversos (Nota 7)	2.925	2.626	Patrimônio líquido	165.907	152.596
Não circulante	7.861	7.702	Capital social (Nota11).....	144.000	134.000
Realizável a longo prazo	7.593	7.420	Reservas de lucros.....	21.827	18.501
Outros créditos - diversos (Nota 7).....	7.593	7.420	Ajuste de avaliação patrimonial.....	80	95
Permanente	258	282			
Imobilizado de uso.....					
Outras imobilizações de uso.....	136	126			
Depreciações acumuladas.....	(84)	(60)			
Intangível					
Ativos intangíveis.....	216	216			
Total do ativo	177.762	161.500	Total do passivo e patrimônio líquido	177.762	161.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Expressos em Milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	116.000	4.066	4.066	17.878	-	-	142.010
Aumento de capital (nota 11).....	18.000	-	(122)	(17.878)	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	13.758	13.758
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	95	-	95
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13).....	-	688	688	9.115	-	(10.491)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,020 por ação em circulação).....	-	-	-	-	-	(3.267)	(3.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	134.000	4.754	4.632	9.115	95	-	152.596
Aumento de capital (Nota 11).....	10.000	-	(885)	(9.115)	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	17.477	17.477
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	(15)	-	(15)
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13).....	-	874	874	11.578	-	(13.326)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,046 por ação em circulação).....	-	-	-	-	-	(4.151)	(4.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	144.000	5.628	4.621	11.578	80	-	165.907
Saldo em 30 de junho de 2013	144.000	5.131	4.124	4.998	75	-	158.328
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	-	9.933	9.933
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	5	-	5
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13).....	-	497	497	6.580	-	(7.574)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,026 por ação em circulação).....	-	-	-	-	-	(2.359)	(2.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	144.000	5.628	4.621	11.578	80	-	165.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
Ativo			Passivo		
Circulante	356.024	271.687	Circulante	356.024	271.687
Disponibilidades	306	287	Outras obrigações	356.024	271.687
Aplicações interfinanceiras de liquidez	173.254	135.703	Obrigações com consorciados.....	152.756	110.945
Disponibilidade do grupo.....	21.409	14.880	Grupos em formação.....	343	375
Vinculadas a contemplações.....	151.502	120.448	Valores a repassar.....	1.250	668
Recursos grupos em formação.....	343	375	Contemplações a entregar.....	151.502	120.448
Outros créditos	182.464	135.697	Recursos a devolver a consorciados.....	31.127	24.242
Bens apreendidos ou retomados.....	202	200	Recursos dos grupos.....	19.046	15.009
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 1).....	182.262	135.497	Compensação	1.722.126	1.316.440
Compensação	1.722.126	1.316.440	Consórcio		
Consórcio			Recursos mensais a receber de consorciados.....	15.459	11.874
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados.....	15.459	11.874	Obrigações do grupo por contribuições.....	879.701	673.392
Contribuições devidas ao grupo.....	879.701	673.392	Bens ou serviços a contemplar.....	826.966	631.174
Valores e bens ou serviços a contemplar.....	826.966	631.174			
Total do ativo	2.078.150	1.588.127	Total do passivo	2.078.150	1.588.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.Contexto operacional - A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Administradora ou Banrisul Consórcios) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.
Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as alterações estabelecidas pela carta circular 3.624, de 26/12/2013. As cartas circulares nº 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 29/01/2014.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a)Da administradora
(i)Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.
(ii)Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
(iii)Títulos e valores mobiliários - De acordo com a Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período; títulos disponíveis para venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida do resultado do período.
(iv)Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.
(v)Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.
(vi)Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii)Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.
(viii)Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
(ix)Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseado nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
(x)Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de

renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas trimestralmente.

b)Dos grupos de consórcio - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i)Disponibilidades e aplicações interfinanceiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454 e 3.261 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes taxa de administração.

As aplicações interfinanceiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgadas pelo administrador do fundo na data do balanço.
(ii)Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii)Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados - Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv)Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.

(v)Valores e bens ou serviços a contemplar e bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vi)Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii)Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii)Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix)Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x)Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4.Resumo das operações de consórcios - As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381, artigo 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	31/12/2013	31/12/2012
Quantidade		
Grupos administrados.....	178	163
Consortados ativos.....	39.433	33.430
Bens entregues - no período.....	6.049	4.697
Bens entregues - total.....	19.271	14.254
Bens pendentes de entrega.....	4.526	4.174
Desistentes/excluídos - no período.....	442	3.005
Desistentes/excluídos - total.....	14.262	13.820
Assembleias a realizar.....	6.557	6.274

A taxa de inadimplência é de 5,27 % (31/12/2012 - 4,03%), em virtude da existência de parcelas em atraso.

5.Aplicações interfinanceiras de liquidez (Administradora) - Refere-se à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento diário de 100% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em 324 dias.

6.Títulos e valores mobiliários (Administradora) - A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	31/12/2013	31/12/2012
Disponível para venda.....	1.883	1.918
Para negociação.....	19.748	5.600
Total da carteira.....	21.631	7.518

a)Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	31/12/2013	31/12/2012
Custo/Valor de Mercado		
Fundo de Investimento Flex Crédito Privado LP.....	8.617	4.892
Fundo de Investimento Flex Plus Crédito Privado LP.....	9.760	-
Banrisul Master Fundo de Investimento Ref. DI LP.....	1.371	708
Total.....	19.748	5.600

b)Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	31/12/2013	31/12/2012
Valor de Mercado		
Fundo de Investimento Imobiliário.....	1.755	1.883
Total.....	1.755	1.883

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)		
	2º Semestre 31/12/2013	Exercício 31/12/2013	Exercício 31/12/2012
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	6.981	12.208	11.735
Resultado bruto da intermediação financeira	6.981	12.208	11.735
Outras receitas (despesas) operacionais	7.790	14.009	9.209
Receitas de prestação de serviços.....	15.479	28.686	21.796
Outras despesas administrativas (Nota 12).....	(5.379)	(10.491)	(9.149)
Despesas tributárias.....	(2.317)	(4.288)	(3.263)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	7	102	(175)
Resultado operacional	14.771	26.217	20.944
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(4.811)	(8.710)	(7.036)
Participações nos resultados.....	(27)	(30)	(150)
Lucro líquido do período	9.933	17.477	13.758
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$	0,11	0,20	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em Milhares de Reais)		
	2º Semestre 31/12/2013	Exercício 31/12/2013	Exercício 3

NOTAS EXPLICATIVAS (CONTINUAÇÃO)

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

Os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2013 podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	17.477	13.758
Reserva legal 5%	(874)	(688)
Base de cálculo dos dividendos	16.603	13.070
Dividendos propostos (25%)	4.151	3.267
Dividendos por ações em circulação - R\$	0,05	0,04

14. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora) - Conciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	26.217	20.944
Adições (exclusões) Permanentes - IRPJ	250	474
Adições (exclusões) Permanentes - CSLL	214	447
(=) Base do IRPJ	26.467	21.418
(=) Base da CSLL	26.431	21.391
Imposto de renda (25%)	(6.593)	(5.122)
Contribuição social (9%)	(2.379)	(1.925)
Benefício fiscal IRPJ	235	-
Total IRPJ e CSLL	(8.737)	(7.047)
IRPJ e CSLL diferidos	27	11
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(8.710)	(7.036)

Alterações na Legislação Tributária - No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou

dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Administradora elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção, antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes em suas demonstrações financeiras. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas e a conversão em lei do texto da referida Medida Provisória para que possa proceder a uma análise mais profunda e conclusiva.

15. Transações com partes relacionadas (Administradora)

a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	65	-	222	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	145.280	11.465	143.432	11.223
Outros créditos	235	-	551	-
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	(4.138)	-	(3.257)	-
Convênio prestação de serviços	-	(4.010)	-	(3.664)

(a) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes ao CDI.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

No exercício, foram pagos R\$ 597 (2012 - R\$ 473) de honorários a título de remuneração dos administradores.

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c) Os Administradores possuem, ao todo, duas cotas de consórcios de nossa administração, com taxas de administração que variam de 6 a 15,7%.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

16. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	31/12/2013	30/12/2012
Curso normal	181.240	134.539
Em atraso	644	507
Em cobrança judicial	378	451
Total	182.262	135.497

17. Instrumentos financeiros (Administradora) - O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos estatísticos monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovações dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2014.

Marceane Gehlen

Presidente

Eli Pegoraro

Conselheiro

Marco Rafael Gonzales Vieira

Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e quotistas da **Banrisul S.A. Administradora de Consórcios**

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2014.

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC-1SP214144/O-1

Alvaro Rogério Alencar Silva

Diretor - Presidente

José Odair Scorsatto / Luiz Edson da Motta

Diretores

Conselho de Administração

João Emilio Gazzana - **Presidente** | Urbano Schmitt - **Vice - Presidente**

Eduardo Santa Helena da Silva - **Conselheiro** | João Lúcio da Costa - **Conselheiro**

Werner Köhler

Contador - CRCRS 38.534



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS